



Síntese de Legislação

Nº 13 | De 18-06-2026 a 1-07-2026



LEGISLAÇÃO NACIONAL

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 176/2006, DE 30 DE AGOSTO, QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DOS MEDICAMENTOS DE USO HUMANO

[Decreto-Lei n.º 117/2026- Diário da República n.º 115/2026, de 17 de junho de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos medicamentos de uso humano.

ESTABELECE, NO ÂMBITO DO INFARMED, O REGIME DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 118/2026- Diário da República n.º 115/2026, de 17 de junho de 2026](#)

Estabelece, no âmbito do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., o regime do Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde.

ESTABELECE UM REGIME EXCECIONAL DE RECOMPENSA DO DESEMPENHO MEDIANTE ATRIBUIÇÃO DE UM INCENTIVO REMUNERATÓRIO AOS MÉDICOS QUE EXERÇAM FUNÇÕES EM ENTIDADES INTEGRADAS NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 119/2026- Diário da República n.º 115/2026, de 17 de junho de 2026](#)

Estabelece um regime excecional de recompensa do desempenho mediante atribuição de um incentivo remuneratório aos médicos que exerçam funções em entidades integradas no Serviço Nacional de Saúde.

ESTABELECE AS NORMAS DE APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA DO AUDIOVISUAL E DO CINEMA – SCRI.PT

[Portaria n.º 265-A/2026/1- Suplemento do Diário da República n.º 115/2026](#)

Estabelece as normas de aplicação do Programa de Financiamento da Indústria do Audiovisual e do Cinema – SCRI.PT, criado pelo Decreto-Lei n.º 57/2026, de 19 de fevereiro, e aprova o respetivo Regulamento.

FIXA OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À APLICAÇÃO DA MEDIDA EXCECIONAL DE DIFERIMENTO DO PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES À SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 266/2026/1- Diário da República n.º 116/2026, de 18 de junho de 2026](#)

Fixa os procedimentos necessários à aplicação da medida excecional de diferimento do pagamento das contribuições à segurança social, prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 110-A/2026, de 3 de junho.

Síntese de Legislação

PRORROGA O PRAZO DE ADAPTAÇÃO DAS CASAS DE ACOLHIMENTO PREVISTO NO N.º 3 DO ARTIGO 4.º DA PORTARIA N.º 197/2025/1, DE 21 DE ABRIL

[Portaria n.º 269/2026/1- Diário da República n.º 117/2026, de 19 de junho de 2026](#)

Prorroga o prazo de adaptação das casas de acolhimento previsto no n.º 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 197/2025/1, de 21 de abril.

PROCEDE À REVISÃO E FIXAÇÃO DAS TAXAS UNITÁRIAS DO IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS E ENERGÉTICOS

[Portaria n.º 270-A/2026/1- Suplemento do Diário da República n.º 117/2026](#)

Procede à revisão e fixação das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

ESTABELECE A ESTRUTURA NUCLEAR DA DIREÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

[Portaria n.º 271/2026/1- Diário da República n.º 118/2026, de 22 de junho de 2026](#)

Estabelece a estrutura nuclear da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

CRIA O REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE APROVEITAMENTO ENERGÉTICO RENOVÁVEL

[Lei n.º 29/2026- Diário da República n.º 119/2026, de 23 de junho de 2026](#)

Cria o regime jurídico do contrato de aproveitamento energético renovável, determinando o deferimento tácito no licenciamento de unidades de produção para autoconsumo a partir de fontes renováveis e alterando o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, e o Código Civil.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 180/2004, DE 27 DE JULHO, TRANSPONDO A DIRETIVA DELEGADA (UE) 2025/811

[Decreto-Lei n.º 120/2026- Diário da República n.º 119/2026, de 23 de junho de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de julho, transpondo a Diretiva Delegada (UE) 2025/811 no respeitante às informações a notificar aos sistemas de notificação dos navios.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 150/2015, DE 5 DE AGOSTO, QUE TRANSPÕE A DIRETIVA N.º 2012/18/UE RELATIVA AO CONTROLO DOS PERIGOS ASSOCIADOS A ACIDENTES GRAVES QUE ENVOLVEM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

[Decreto-Lei n.º 121/2026- Diário da República n.º 119/2026, de 23 de junho de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que transpõe a Diretiva n.º 2012/18/UE relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas.

Síntese de Legislação

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 441-A/82, DE 6 DE NOVEMBRO, QUE ESTABELECE DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS COOPERATIVAS DE ENSINO

[Decreto-Lei n.º 122/2026- Diário da República n.º 119/2026, de 23 de junho de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 441-A/82, de 6 de novembro, que estabelece disposições relativas às cooperativas de ensino.

ESTABELECE O REGIME APLICÁVEL À ADP AQUA - GESTÃO AMBIENTAL DE RECURSOS HÍDRICOS, S. A., COM VISTA À EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA «ÁGUA QUE UNE»

[Decreto-Lei n.º 123/2026- Diário da República n.º 120/2026, de 24 de junho de 2026](#)

Estabelece o regime aplicável à AdP AQUA - Gestão Ambiental de Recursos Hídricos, S. A., com vista à execução da Estratégia «Água Que Une».

ATUALIZA O VALOR DIÁRIO DO SUBSÍDIO DE PENOSIDADE

[Portaria n.º 273/2026/1- Diário da República n.º 120/2026, de 24 de junho de 2026](#)

Atualiza o valor diário do subsídio de penosidade devido pela prestação de serviço efetivo nos serviços da Autoridade Marítima Nacional nas Ilhas Selvagens.

APROVA OS REGULAMENTOS E AS TABELAS DE PREÇOS DAS INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS INTEGRADOS NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS)

[Portaria n.º 274/2026/1- Diário da República n.º 121/2026, de 25 de junho de 2026](#)

Aprova os Regulamentos e as Tabelas de Preços das Instituições e Serviços Integrados no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 39/2018, DE 11 DE JUNHO

[Decreto-Lei n.º 124/2026- Diário da República n.º 122/2026, de 26 de junho de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho, que estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar, que transpõe a Diretiva (UE) 2015/2193.

EXECUTA PARCIALMENTE NA ORDEM JURÍDICA INTERNA O REGULAMENTO (UE) 2019/1020, RELATIVO À FISCALIZAÇÃO DO MERCADO E À CONFORMIDADE DOS PRODUTOS

[Decreto-Lei n.º 125/2026 Diário da República n.º 122/2026, de 26 de junho de 2026](#)

Executa parcialmente na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2019/1020, relativo à fiscalização do mercado e à conformidade dos produtos.

Síntese de Legislação

PROCEDE À CRIAÇÃO DE ESPAÇOS TEMPORÁRIOS DE ACONDICIONAMENTO DE MATERIAL LENHOSO

[Decreto-Lei n.º 126/2026- Diário da República n.º 122/2026, de 26 de junho de 2026](#)

Procede à criação de espaços temporários de acondicionamento de material lenhoso.

ALTERA A LEI N.º 26/2013, DE 11 DE ABRIL

[Decreto-Lei n.º 127/2026- Diário da República n.º 122/2026, de 26 de junho de 2026](#)

Altera a Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos.

DESIGNA O CENTRO NACIONAL DE CIBERSEGURANÇA COMO AUTORIDADE COMPETENTE NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DELEGADO (UE) 2024/1366

[Decreto-Lei n.º 128/2026- Diário da República n.º 122/2026, de 26 de junho de 2026](#)

Designa o Centro Nacional de Cibersegurança como autoridade competente no âmbito do Regulamento Delegado (UE) 2024/1366, que estabelece um código de rede relativo a regras setoriais para os aspetos ligados à cibersegurança dos fluxos transfronteiriços de eletricidade.

PROCEDE À TERCEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO ESPECÍFICO DA ÁREA TEMÁTICA AÇÃO CLIMÁTICA E SUSTENTABILIDADE

[Portaria n.º 275/2026/1- Diário da República n.º 122/2026, de 26 de junho de 2026](#)

Procede à terceira alteração ao Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade, aprovado em anexo à Portaria n.º 125/2024/1, de 1 de abril, alterada pela Portaria n.º 208/2024/1, de 13 de setembro, e pela Portaria n.º 208/2025/1, de 8 de maio.

PROCEDE À SEGUNDA ALTERAÇÃO À PORTARIA N.º 203/2021, DE 28 DE SETEMBRO

[Portaria n.º 276/2026/1- Diário da República n.º 122/2026, de 26 de junho de 2026](#)

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 203/2021, de 28 de setembro, que estabelece uma medida de auxílio a custos indiretos a favor das instalações abrangidas pelo regime do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), nos termos do Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril.

Síntese de Legislação

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 166/2008, DE 22 DE AGOSTO

[Decreto-Lei n.º 129/2026- Diário da República n.º 123/2026, de 29 de junho de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 15/2022, DE 14 DE JANEIRO

[Decreto-Lei n.º 130/2026- Diário da República n.º 123/2026, de 29 de junho de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, transpondo a Diretiva (UE) 2024/1711 e parcialmente as Diretivas (UE) 2023/2413 e 2023/1791.

ALTERA A PORTARIA N.º 12-A/2026/1, DE 6 DE JANEIRO

[Portaria n.º 277/2026/1- Diário da República n.º 123/2026, de 29 de junho de 2026](#)

Altera a Portaria n.º 12-A/2026/1, de 6 de janeiro, que cria e regulamenta a plataforma eletrónica para a gestão do Subsídio Social de Mobilidade.

ESTABELECE AS CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO EM 2026 DO MONTANTE EXTRAORDINÁRIO DE APOIO ASSOCIADO A SITUAÇÕES DE DISRUPÇÃO DO MERCADO OU DE PERTURBAÇÃO RELEVANTE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO

[Portaria n.º 279/2026/1- Diário da República n.º 123/2026, de 29 de junho de 2026](#)

Estabelece as condições de atribuição em 2026 do montante extraordinário de apoio associado a situações de disrupção do mercado ou de perturbação relevante na prestação dos serviços de transporte público.

PROCEDE À QUARTA ALTERAÇÃO À PORTARIA N.º 287/2017, DE 28 DE SETEMBRO

[Portaria n.º 280/2026/1- Diário da República n.º 123/2026, de 29 de junho de 2026](#)

Procede à quarta alteração à Portaria n.º 287/2017, de 28 de setembro, alterada pelas Portarias n.os 190-B/2019, de 21 de junho, 312-B/2022, de 30 de dezembro, e 126/2024/1, de 1 de abril.

Síntese de Legislação

DEFINE AS REGRAS E PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AO PAGAMENTO DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL EM REGIME DE PRODUÇÃO ADICIONAL E DE PRODUÇÃO EXTERNALIZADA

[Portaria n.º 281/2026/1- Diário da República n.º 123/2026, de 29 de junho de 2026](#)

Define as regras e procedimentos aplicáveis ao pagamento de atividade assistencial em regime de produção adicional e de produção externalizada.

ESTABELECE O SISTEMA DE APOIO À PRODUÇÃO DE HIDROGÉNIO RENOVÁVEL E DE OUTROS GASES RENOVÁVEIS

[Portaria n.º 281-A/2026/1- Suplemento do Diário da República n.º 123/2026](#)

Estabelece o Sistema de Apoio à Produção de Hidrogénio Renovável e de Outros Gases Renováveis.

LEGISLAÇÃO EUROPEIA

REFORÇO DOS DIREITOS, DO APOIO E DA PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS DA CRIMINALIDADE

[Diretiva \(UE\) 2026/1472 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L, 2026/1472, 30.6.2026](#)

Altera a Diretiva 2012/29/UE, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho. O diploma reforça significativamente o quadro de proteção das vítimas, designadamente através da criação de uma linha de apoio às vítimas acessível em toda a União através do número único "116 006", da possibilidade de apresentação de denúncia por via eletrónica e por terceiros (incluindo organizações da sociedade civil). Entra em vigor em 20.7.2026.

REGRAS PROCESSUAIS RELATIVAS À PROVA DE ORIGEM NÃO PREFERENCIAL DAS MERCADORIAS

[Regulamento de Execução \(UE\) 2026/1422 da Comissão, de 25 de junho de 2026, JO L, 2026/1422](#)

Altera o Regulamento de Execução (UE) 2015/2447 da Comissão, que estabelece as regras de execução de determinadas disposições do Código Aduaneiro da União (Regulamento (UE) n.º 952/2013), no que respeita às regras processuais relativas à prova de origem não preferencial das mercadorias. O diploma atualiza os procedimentos de emissão, apresentação e verificação a posteriori dos certificados de origem não preferencial.

Síntese de Legislação

REGIME JURÍDICO DAS PLANTAS OBTIDAS POR NOVAS TÉCNICAS GENÓMICAS (NTG)

[Regulamento \(UE\) 2026/1388 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L, 2026/1388, 26.6.2026](#)

Estabelece o regime jurídico aplicável às plantas obtidas mediante certas novas técnicas genómicas (NTG) e aos produtos delas derivados, alterando o Regulamento (UE) 2017/625 relativo aos controlos oficiais.



**Jornal de
Guimarães**

jornaldeguimaraes.pt

Atualidade com contexto

 Rigor, sem ruído.